**Pedido de Divergência de Crédito Administrativa**

**Autos n° xxxxxxxxxx**

**À ADMINISTRADORA JUDICIAL P&O ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, NOMEADA NOS AUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL N.º ....**

Obs. deve-se adequar os dados de acordo com cada caso

NOME DO CREDOR, CPF/CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, E-MAIL, (**no caso da pessoa jurídica informar por quem é representada** – neste ato representada por seu sócios ....), vem, muito respeitosamente, nos termos do art. 7.º, §1.º. da Lei n.º 11.101/2005, apresentar sua **DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO**, pelos fatos e motivos a seguir expostos.

**I - DOS FATOS E DO DIREITO**

A origem do crédito advém de contrato de n.º xxx, emitida em \_\_/\_\_/\_\_, no valor original de R$XXX, estando o respectivo crédito garantido por (especificar a garantia oferecida no documento, **se houver**).

Em análise a relação de credores elaborada pela sociedade empresária recuperanda/falida, constatasse que foi arrolada em favor deste credor tão somente o montante de R$ xxxx, quantias as quais não refletem a realidade dos valores pendentes de pagamento.

Dessa forma, faz-se mister acolher o presente pedido de divergência de crédito, para majorar o crédito de titularidade deste credor para a quantia de R$ xxxx, na classe de credores (trabalhistas, garantia real ou quirografários, ME/EPP), devidamente atualizada até a data do pedido recuperacional (\_\_/\_\_/\_\_), nos termos do art. 9.º, II, da Lei n.º 11.101/2005, consoante memorial de cálculo anexo.

**II. DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer o **acolhimento do pedido de DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO**, para fins de majorar, em favor deste credor, a quantia indicada a priori para o importe de R$XXX, na classe de credores (trabalhistas, garantia real ou quirografários, ME/EPP), na relação de credores a ser elaborada pelo administrador judicial.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Cidade, dia/mês/ano

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(Credor ou advogado)**

**DOCUMENTOS QUE PRECISAM SER ENVIADOS:**

O prese formulário deve ser enviado acompanhado de:

1. Procuração acompanhada de ato constitutivo (e alterações devidamente arquivadas) da sociedade.

2. Cópia dos documentos que comprovem o pedido apresentado (Ex: notas fiscais com aceite, ordens de compra, ordens de serviço, faturas, contratos, sentenças judiciais, instrumentos de constituição de garantia e memórias de cálculos atualizada até a data da decretação da Recuperação Judicial).

3. Caso pedido envolva crédito de natureza trabalhista, o formulário deve ser acompanhado de: (i) documento de identificação pessoal (RG) e (ii) cópia dos documentos que comprovem o pedido (Ex: CTPS, contrato de trabalho, rescisão trabalhista, extrato de FGTS, holerites e/ou cópias de principais peças do processo trabalhista transitado em julgado (ex.: petição inicial, decisões, acordos, cálculos homologados).